IV enanparq
Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016

PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO, URBANIDADE E CONSTRUÇÃO DE CIDADE

SESSÃO TEMÁTICA: PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO

Nadia Somekh
Universidade Presbiteriana Mackenzie
nadiasom@terra.com.br

PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO, URBANIDADE E CONSTRUÇÃO DE CIDADE

RESUMO

A chamada globalização e/ou reestruturação produtiva caracteriza-se pelo esvaziamento dos espaços industriais, portos, orlas ferroviárias e centros históricos, pelas novas tecnologias que conectam o mundo, pelo divórcio de política e poder, bem como pela dissolução de vínculos. A obsolescência produzida pelo capitalismo faz com que haja a necessidade de regeneração de tecidos urbanos bem localizados, muitas vezes de forma "espontânea", ou seja, conduzida pelos desígnios do mercado, sem projeto.

A noção de urbanidade deve abrigar, dentro do espectro da sustentabilidade, o desenvolvimento local, sua relação com o tecido social e a possibilidade do encontro na esfera pública. O desenvolvimento local, enquanto prioridade nas políticas urbanas, pode ser compreendido de diversas maneiras. De um lado, liga-se à esfera econômica, sendo medido pela evolução do quadro produtivo local, pela geração de emprego e renda no seio das comunidades, pelo acréscimo da autonomia fiscal dos governos locais e pela diversificação/ dinamização de atividades econômicas que tenham impacto em termos de integração das populações marginalizadas. Em termos sociais, liga-se à busca da inclusão de diferentes setores populares, em um quadro de crescimento e evolução econômica. Combatem-se os efeitos excludentes da nova ordem mundial com linhas de ação, programas e projetos que tirem proveito das especificidades/ potencialidades de cada região, partindo dos interesses da população.

Entendemos também que a proteção do patrimônio deve ser tratada dentro da questão ambiental urbana. A apropriação dos espaços públicos produz urbanidade; a participação e o diálogo na identificação e proteção do patrimônio constrói o futuro das cidades. **Dentro desse quadro, como produzir urbanidade? Quais os instrumentos contemporâneos de regulação urbana? Como então formular uma política de preservação do patrimônio cultural levando em conta o desenvolvimento sustentável? Como construir cidade a partir do patrimônio? A proposta é o debate de uma agenda que retome o conceito de Patrimônio Ambiental Urbano.**

Palavras chave: Preservação do Patrimônio 1. Urbanidade 2. Projeto Urbano 3.

BULDING THE CITY, URBANITY AND URBAN ENVIRONMENTAL HERITAGE

ABSTRACT

The so called globalization and/or productive restructuration produces obsolesced and abandoned ports, industrial neighborhoods, railway margins and historical city centers. It happens due to factors such as new technologies of communication, the divorce between politics and power, as well as to weakened bonds and structures. The obsolescence produced by capitalism generates the need for regenerating well located urban fabrics, although quite often in a “spontaneous” way, that is, driven solely by the market, without mediation of a project.

The notion of urbanity must encompass, to be sustainable, the local development, its links to the social fabric and the possibility for encounters and exchanges among people in the public space. Local development, as a priority in new urban policies, may be understood in several ways. It connects to the economic dimension, being then measured by the accumulated local built environment, by jobs and income creation, by increased fiscal autonomy of local administrations and by diversification and improvement of economic activities which integrate marginalized populations. In social terms, it is linked to the inclusion of different cultural and social groups. It is possible to face the excluding effects of the new world order with programs and projects which make the most of each region’s specificities, starting from local populations demands.

Cultural heritage must be dealt with as an urban environment matter. People’s appropriation of the public space produces urbanity; participation in identifying and protecting cultural heritage contributes

in constructing the future of cities. In this new context, **how can we promote urbanity? What are the contemporary urban regulation instruments? How to formulate a sustainable cultural heritage protection policy? How to build the city from its heritage as a departing point? The proposal is to reestablish an agenda that bring back to the front line the concept of Urban Environmental Heritage.**

Key words: Heritage Conservation 1. Urbanity 2. Urban Design 3.

1. INTRODUÇÃO

As Cidades Brasileiras vêm sendo produzidas em um modelo urbano sem urbanidade. O binômio demolição/construção resultou em uma verticalização que destruiu o Patrimônio da cidade. As transformações recentes da indústria e a reestruturação produtiva trouxeram para as nossas cidades a convivência de velhos e novos problemas. Esta reestruturação deixou áreas, bem equipadas, vazias, ampliando o processo de expansão e consequente dilapidação dos recursos naturais. Por outro lado desigualdades sociais persistem principalmente na questão habitacional.

Sob a luz do desenvolvimento urbano sustentável,as cidades contemporâneas vêm passando por transformações que podem ser elencadas apontando a necessidade de ampliar a importância da proteção do Patrimônio Cultural, bem como dos espaços públicos, garantindo identidade e democracia urbana.

Nesse sentido, entendemos que construção de cidade significa atacar velhos e novos problemas: ampliar a oferta habitacional de diversas faixas de renda, reduzindo a gentrificação, (re)estabelecendo uma mobilidade que atenda a redução do aquecimento do planeta e produzir espaços públicos de qualidade com preservação do patrimônio histórico, reforçando núcleos identitários e cidadãos globalizados.

Em síntese podemos apontar a chamada globalização e/ou reestruturação produtiva, que esvazia espaços industriais, portos, orlas ferroviárias e centros históricos, a novas tecnologias conectando o mundo, o divórcio de política e do poder e a dissolução de vínculos. A obsolescência produzida pelo Capitalismo, fez com que haja a necessidade de regeneração de tecidos urbanos bem localizados, muitas vezes de forma espontânea, ou seja a mediação de um projeto.

Entendemos também que a proteção do Patrimônio deve ser tratada dentro da questão urbana. Nos anos 70, o Patrimônio Histórico foi tratado pelo órgão de Planejamento e, ao longo da sua atuação, foi se fragmentando e se desarticulando da questão urbana. Dentro desse quadro, como então formular uma Política de Preservação do Patrimônio Cultural levando em conta o desenvolvimento sustentável? Como construir cidade a partir do Patrimônio?

Essas transformações funcionais demandam novas formas de proteção do Patrimônio Cultural e Histórico. Como se dá a materialização do espaço urbano e como é apropriado? Como conferir qualidade e inclusão?

O conceito de cidade compacta é defendido por Rogers e foi estabelecido no PDE de São Paulo. Consiste em fazer habitar e concentrar população otimizando os investimentos realizados e reduz o avanço da cidade sobre zonas com recursos naturais a serem preservados. O limite da cidade compacta é a urbanidade, aqui entendida como possibilidade de boa convivência através de espaços públicos democráticos e pré-existências norteadores de memória e identidade.

A cidade compacta requer um sistema de transporte compatível e inclusivo. O automóvel e o ônibus são elementos que não contribuem com a constituição de uma cidade compacta. A cidade compacta pode reduzir a dilapidação dos recursos naturais e promover a redução do uso do automóvel.

O que debateremos neste trabalho é a utilização do conceito Patrimônio Ambiental Urbano como elemento de construção de uma cidade compacta com urbanidade.

Estruturamos o trabalho em três partes: uma primeira que estabelece o debate conceitual de perspectivas de constituição da problemática de uma política de preservação e na segunda a partir dos textos apresentados poderemos apresentar a terceira parte do texto onde uma agenda para posturas de preservação pode se lançada.

2. O CONCEITO DE PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO

Meu primeiro encontro com o conceito se deu a partir do curso realizado na FAUUSP em 1978 com o mesmo nome. Para Meneses "Patrimônio Ambiental Urbano é um sistema de objetos, socialmente apropriados, percebidos como capazes de alimentar representações de um ambiente urbano"[1]. A sua seleção é determinada pela sua carga de significação dotada de potencial legitimador, integrador e, portanto transformador. É necessário ampliar a significação social.

O projeto de futuro de uma cidade deve incorporar "o código de interação que efetivamente organiza as relações sociais daqueles objetos que fornecem ingredientes para as imagens da cidade".[2]

---

[1] Meneses, Ulpiano T. Bezerra De. "*Patrimônio Ambiental Urbano: do lugar comum ao lugar de todos*". CJ Arquitetura: revista de arquitetura, planejamento e construção, v.5, p. 18-20, 1978.

[2] Ibid.

Para Yázigi[3] O Patrimônio Ambiental Urbano é constituído de conjuntos arquitetônicos urbanísticos e demais elementos urbanos tendo a inclusão social como exigência crescente. Para o autor o conceito está em constante transformação e "deve se configurar como o ser e o porvir". Retoma a assertiva de Cervelati: a preservação do Patrimônio Ambiental não pode existir fora da preservação social.[4]

A ideia de monumento e conceito de Patrimônio "tout court" é uma ideia construída pela Unesco que deve ser superada, e transformada em "herança" daquilo que buscamos transmitir às gerações futuras.[5]

A superação do conceito de monumento para edifícios e conjuntos de importância histórica se dá através da carta de Veneza de 1964 é incorporada no Brasil pela criação do Condephaat em 1968.

A Declaração de Amsterdã de 1975 propõe a conservação e reabilitação de núcleos urbanos articulada e integrada ao processo de planejamento urbano. Esses dois documentos tem como projeto ícone a cidade de Bolonha que ainda coloca a participação e a inclusão social no cerne do seu conceito de preservação.

A carta de Nairobi de 1976 aponta recomendações para a preservação contemporânea de áreas históricas, apontando a limitação da musealização do patrimônio edificado. "O documento ainda define ambiente como cenário, seja natural ou criado pelo homem, que influencia a maneira pela qual as áreas históricas são percebidas ou são ligadas espacialmente por fatores sociais, econômicos e culturais. As áreas históricas, objeto do documento, devem ser consideradas como uma totalidade coerente, em que o equilíbrio depende da inter-relação dos componentes principais, as atividades humanas, os edifícios, a organização espacial e os arredores".[6]

Dentro desse quadro não se poderia entender a preservação do Patrimônio Ambiental Urbano fora do planejamento das cidades. Não foi o que se observou no Brasil em São Paulo. Bonduki[7] aponta como um dos problemas do balanço da experiência do BID Monumenta no Brasil a desarticulação dos projetos com a Política Urbana.

---

[3] Yázigi, Eduardo. "*Patrimônio ambiental urbano: refazendo um conceito para o planejamento urbano".* Artigo apresentado no Simpósio de Geografia Urbana da Universidade de São Paulo, 2001.

[4] Meneses, Ulpiano T. Bezerra De. "*Patrimônio Ambiental Urbano: do lugar comum ao lugar de todos".* CJ Arquitetura: revista de arquitetura, planejamento e construção, v.5, p. 18-20, 1978.

[5] Biase, Alessia de. *Hériter de La Ville.* Paris: Donner Lieu, 2014.

[6] Lustoza, Regina. E.. *"*Patrimonio Ambiental Urbano: revendo conceitos*".* Artigo apresentado no 9º Seminário Docomomo Brasil - interdisciplinaridade, experiências em documentação e preservação do patrimônio recente, Brasília, 2011.

[7] Bonduki, Nabil. *Intervenções Urbanas na recuperação de Centros Históricos.* Brasilia: Iphan, 2012.

Meneses[8] vai além dessa perspectiva integradora: propõe que o Ministério ou as Secretarias de Cultura deveriam se responsabilizar não só pela administração de instituições de eventos "culturais, mas sobretudo na identificação da dimensão cultural em todas as políticas públicas de um governo".[9]

No caso de São Paulo a ação municipal de preservação teve sua origem em 1974 na COGEP – Coordenadoria Geral de Planejamento entidade instalada originalmente no Gabinete do Prefeito, com a lista de bens culturais a serem protegidos solicitados aos professores Benedito Lima de Toledo e Carlos Lemos, posteriormente incorporada ao zoneamento a partir da definição das zonas especiais Z8-200.[10] A criação do DPH e do Conpresp representou uma fragmentação nesse processo de revisão urbanística que agora começa a ser retomada.

Tentativas de integração ocorreram antes da constituição do conselho quando da instituição do IGEPAC (Inventário Geral de Patrimônio Ambiental Urbano) que buscava incorporação do conceito Patrimônio Ambiental Urbano desenvolvido a partir do curso da FAU das experiências de Bolonha e recomendações das Cartas Patrimoniais.

Uma avaliação crítica a respeito dos instrumentos de preservação no nível municipal, bem como de uma revisão histórica dessas ações aponta a necessidade de busca de instrumentos financeiros complementares a identificação e tombamento para efetivar a proteção dos Bens preservados.

Entendemos que Projetos Urbanos podem trazer recursos para a preservação do Patrimônio Ambiental Urbano desde que sejam constituídos coletivamente. Para isso elegemos os trabalhos que apontaram caminhos nessa direção.

3. O DEBATE DA SESSÃO TEMÁTICA

Os trabalhos selecionados apontam caminhos para a constituição de cidade de forma participativa, buscando através de projetos urbanos constituir cidade compacta com urbanidade e inclusão social.

---

[8] Meneses, Ulpiano T. Bezerra De. "*Patrimônio Ambiental Urbano: do lugar comum ao lugar de todos".* CJ Arquitetura: revista de arquitetura, planejamento e construção, v.5, p. 18-20, 1978.

[9] Mori, Victor Hugo; Souza, Marise Campos De; Bastos, Rossano Lopes; Gallo, Haroldo (Orgs.). *Patrimônio: atualizando o debate.* São Paulo: Iphan, 2006.

[10] Somekh, Nadia. "Patrimônio cultural em São Paulo: resgate do contemporâneo?" Vitruvius, 2015. http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.185/5795 (Junho 08, 2016)

O trabalho sobre estratégias possíveis para o 4º Distrito em Porto Alegre de Poltosi[11] retoma o conceito de patrimônio ambiental urbano difundido no Rio Grande do Sul a partir da Carta de Pelotas que se consubstanciou no Plano de desenvolvimento Urbano de Porto Alegre de 1979, onde o patrimônio cultural foi visto pela primeira vez como parte integrante do planejamento da cidade. Em 1999 o novo Plano Diretor incorpora o termo, denominado a nova legislação de Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Em 2002 foram detalhadas as Áreas Especiais de Interesse Cultural da cidade, reconhecendo assim definitivamente destas para a cidade. A área do IVº Distrito objeto do trabalho é uma área de reconversão industrial tratada pelo Plano Diretor como de interesse cultural.

Dentro deste panorama, o trabalho busca entender o processo histórico da formação da atual legislação, identificar as possíveis contradições que vem dificultando a reabilitação urbana do 4º Distrito, assim como verificar outros exemplos urbanos com objetivo de contribuir para o desenvolvimento de novas ações, políticas e instrumentos para reconstruir esta região da cidade a partir do seu patrimônio ambiental urbano.

O trabalho sobre projetos urbanos em áreas portuárias de Melchiors e César[12], traz o conceito da contemporaneidade para o Cais Mauá em Porto Alegre e o CDB Waterfront de Auckland, Nova Zelândia a ser debatida pelos autores. A hipótese é de a participação social nos processos de intervenção em áreas urbanas significativas, patrimônio cultural e ambiental de ambas as cidades, contribui para a construção de espaços que atendem as necessidades locais e assim, se tornem espaços de urbanidade. Defendem assim o estímulo a transformações urbanas sólidas a partir da valorização dos espaços patrimoniais e do diálogo participativo.

O terceiro trabalho selecionado apresenta uma intervenção polemica no antigo Hospital em São Paulo, fechado há mais de 20 anos, Silva R., Katinsky e Silva H.[13] apontam a complexidade do tema. Porém o tratamento do restauro dentro de uma reutilização contemporânea de forma fragmentada pode iluminar o debate pelo longo processo estabelecido até uma solução compartilhada por múltiplos agentes: empreendedores, órgãos de preservação, Ministério Público e população organizada.

---

[11] Poltosi, R. **"**Patrimônio Ambiental Urbano e Revitalização Urbana: estratégias possíveis para o 4º distrito"**.** Artigo apresentado para o IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 2016. No prelo.

[12] Melchiors, L. C.; César W. "Projetos urbanos em áreas portuárias: conservação e construção social da cidade". Artigo apresentado para o IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 2016. No prelo.

[13] Silva, R. T. S.; Katinsky J. R.; Silva H. A. A. "Restauro do Hospital Matarazzo*"***.** Artigo apresentado para o IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 2016. No prelo.

O quarto trabalho propõe alcançar resultados integrados a partir de um efeito sinérgico de um novo aparato na gestão pública, baseado numa revisão critica que Schneider[14] apontará dos processos e práticas de tomada de decisão na recuperação de centros históricos. Mostrará que estudos recentes apontam a importância das ações sociais no desenvolvimento das cidades como corolário do que não vem ocorrendo nos centros históricos esvaziados de significado social. Processos de homogeneização da imagem da cidade, apagamento da histórica local e a perda de sua mensurabilidade, tratando a cidade como objeto estático e idealizado, reforçando a distância entre preservação e desenvolvimento, vêm sendo implementados.

O quinto trabalho de Viñas[15] coloca a habitação social no centro da questão: aborta um trabalho desenvolvido pela Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro, referente à realização de obras de recuperação e restauro em imóveis tombados por institutos do patrimônio histórico, de âmbito municipal, estadual e/ou federal, habitados por famílias de baixa renda. As citadas intervenções configuram processos de enorme complexidade e alto custo, considerando-se desde os trâmites relativos ao cumprimento das rigorosas exigências dos órgãos de patrimônio para obras de imóveis tombados, assim como os aspectos inerentes à ocupação habitacional e à baixa renda dos moradores, gerando a necessidade de adequar estas obras ao uso residencial permanente de famílias de reduzido poder aquisitivo. Somado a essas dificuldades, por sua vez, a CEHAB que nunca havia atuado nesta específica área de recuperação de edifícios, passa a lidar com situações adversas como: degradação e descaracterização das construções originais por falta de manutenção e alteração executadas; riscos de desabamento com laudos emitidos pela defesa civil e ainda, notificações do Ministério Público para preservação dos imóveis tombados, com reconhecida relevância arquitetônica, sob a tutela da companhia. Como recorte representativo para embasamento do estudo, selecionado três experiências de conjuntos – Pedregulho, Avenida Modelo e Paquetá – que se encontram inseridos no universo apresentado e permitiram uma reflexão a respeito da singularidade do tema e seus desdobramentos.

O sexto e sétimo trabalhos trazem visões criticas de dois bairros de São Paulo: o Bexiga e a Liberdade. No primeiro Gianotto[16] aponta os limites do tombamento municipal e o segundo

[14] Schneider, C. S. "Por uma nova governança do patrimônio ambiental urbano: o capital e as políticas intersetoriais". Artigo apresentado para o IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 2016. No prelo.

[15] Viñas, Carmen. "A restauração de imóveis tombados ocupados por moradores de baixa renda"**.** Artigo apresentado para o IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 2016. No prelo.

[16] Giannotto, Joice Chimati. "Fedora e o Bixiga: Projetos e planos para o bairro paulistano**."** Artigo apresentado para o IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 2016. No prelo.

Schenkman[17] a atualização de um processo moroso do Inventário Geral de Patrimônio Ambiental Urbano Igepac. Iniciado em 1987, ainda aguarda finalização.

4. POR UMA AGENDA DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO:

A cidade contemporânea se caracteriza pelo resultado das transformações tecnológicas da reestruturação produtiva e da dissolução de vínculos identitários. Espaços produtivos esvaziados vêm passando por projetos urbanos que nem sempre, principalmente no Brasil, dão conta das preexistências históricas.

O desperdício e a obsolescência criados pelo capitalismo tardio se traduzem em experiências voltadas para a produção de empreendimentos imobiliários a partir de tabula rasa, de forma ambientalmente insustentável.

O patrimônio é uma questão urbana, contudo vem sendo tratado como mero projeto de resistência, sem a busca efetiva para protegê-lo e conserva-lo. Projetos urbanos podem proteger o patrimônio e o ambiente desde que tratados com participação e inclusão social. Ampliar participação, ampliar a disseminação do conhecimento, da sensibilização ao patrimônio pode conduzir a projetos urbanos com inclusão social. Para Poltosi[18] a legislação recente das cidades brasileiras tem conduzido a fragmentação da paisagem urbana e que o patrimônio ambiental urbano é uma base para o desenvolvimento da cidade não um obstáculo. A análise da inserção o Patrimônio Ambiental Urbano no quadro regulatório, normas e leis, planos e projetos é essencial para a busca de uma ação mais efetiva. A partir da experiência internacional propõe a desfragmentação da gestão pública na criação de revalorização do Patrimônio Ambiental Urbano.

Para Schneider[19] a distancia entre desenvolvimento e preservação pode ser reduzida através do novo papel da cultura e da participação na cidade contemporânea. As novas tecnologias e as redes sociais que estimulam novos padrões de organização e apropriação popular participativa do espaço público pode se contrapor ao processo gentrificador dos empreendimentos imobiliários que anulam a memória e o patrimônio. Aponta o capital social como elemento central da cultura usualmente marginalizados pelo pensamento econômico

---

[17] Schenkman, Raquel. "Identificação e proteção do patrimônio ambiental, cultural e urbano do bairro da Liberdade: atualizando o IGEPAC-SP"**.** Artigo apresentado para o IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 2016. No prelo.

[18] Poltosi, R. **"**Patrimônio Ambiental Urbano e Revitalização Urbana: estratégias possíveis para o 4º distrito"**.** Artigo apresentado para o IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 2016. No prelo.

[19] Schneider, C. S. "Por uma nova governança do patrimônio ambiental urbano: o capital e as políticas intersetoriais". Artigo apresentado para o IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 2016. No prelo.

convencional. Além da questão de apropriação do espaço público concreto ou virtual propõe a consolidação de uma nova governança mais eficaz que atue na visão integrada da setorialidade conservadora.

Silva, Katinsky e Silva[20] vão além da participação da população na busca do projeto urbano que inclui restauro de edifícios históricos. Avança na busca de novas atividades urbanas através da própria compreensão do significado do patrimônio cultural brasileiro. Apontam que empreendimentos imobiliários podem e devem inscrever-se nossa perspectiva de modelos de urbanismo sustentáveis.

A questão da preservação com foco na habitação social é abordada por Viñas [21] que revela a visão desconhecida e inexplorada pelos órgãos do patrimônio da complexidade de obras de recuperação. Os maiores desafios apontados pela autora constituem-se nos altos custos dos serviços que exigem rigor no restauro dos edifícios e a sua singularidade de conservação. É necessária a agregação de indicadores de sustentabilidade funcional e autossuficiência ao processo de intervenção.

Ao analisar áreas portuárias de Auckland e Porto Alegre, Melchiors e César [22], relatam de um lado o aspecto positivo do espaço público como elemento transformador em contraposição a falta de dialogo e participação nos casos respectivos. Apontam ainda a importância de alinhamento da escala local em estratégias de planejamento integrado das cidades contemporâneas.

Já o caso da Bela Vista, bairro tombado na cidade de São Paulo abordado por Gianotto[23], apresenta fatores de estagnação advinda de planos e projetos fragmentados. A esperança apontada consiste na implantação do metrô sem a desarticulação de espaços de convivência popular.

Há, contudo um longo caminho a percorrer, pois a sociedade que não conhece não valoriza. Portanto, engajar os cidadãos no reconhecimento e valorização de sua história nos conduz à necessidade de programas de sensibilização.

---

[20] Silva, R. T. S.; Katinsky J. R.; Silva H. A. A. "Restauro do Hospital Matarazzo*"***.** Artigo apresentado para o IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 2016. No prelo.

[21] Viñas, Carmen. "A restauração de imóveis tombados ocupados por moradores de baixa renda"**.** Artigo apresentado para o IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 2016. No prelo.

[22] Melchiors, L. C.; César W. "Projetos urbanos em áreas portuárias: conservação e construção social da cidade". Artigo apresentado para o IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 2016. No prelo.

[23] Giannotto, Joice Chimati. "Fedora e o Bixiga: Projetos e planos para o bairro paulistano**."** Artigo apresentado para o IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 2016. No prelo**.**

Ampliar participação, ampliar a disseminação do conhecimento, da sensibilização ao patrimônio pode conduzir a projetos urbanos com inclusão social.

BIBLIOGRAFIA

Biase, Alessia de. *Hériter de La Ville.* Paris: Donner Lieu, 2014.

Bonduki, Nabil. *Intervenções Urbanas na recuperação de Centros Históricos.* Brasilia: Iphan, 2012.

Comitê de Ministros do Conselho da Europa. *Manifesto de Amsterdã.* Amsterdã, Holanda: 1975

Geraldes, E. A. S. "*Paisagem, identidade e memória: Vila Picinguaba"*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, 2001.

Giannotto, Joice Chimati. "Fedora e o Bixiga: Projetos e planos para o bairro paulistano**."** Artigo apresentado para o IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 2016. No prelo.

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. *Carta de Burra.* Burra, Austrália: 1980.

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. *Carta de Veneza.* Veneza, Itália: 1964.

Lustoza, Regina. E.. *"*Patrimonio Ambiental Urbano: revendo conceitos*".* Artigo apresentado no 9º Seminário Docomomo Brasil - interdisciplinaridade, experiências em documentação e preservação do patrimônio recente, Brasília, 2011.

Melchiors, L. C.; César W. "Projetos urbanos em áreas portuárias: conservação e construção social da cidade". Artigo apresentado para o IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 2016. No prelo.

Meneses, Ulpiano T. Bezerra De. "*Patrimônio Ambiental Urbano: do lugar comum ao lugar de todos"*. CJ Arquitetura: revista de arquitetura, planejamento e construção, v.5, p. 18-20, 1978.

Mori, Victor Hugo; Souza, Marise Campos De; Bastos, Rossano Lopes; Gallo, Haroldo (Orgs.). *Patrimônio: atualizando o debate.* São Paulo: Iphan, 2006.

Poltosi, R. **"**Patrimônio Ambiental Urbano e Revitalização Urbana: estratégias possíveis para o 4º distrito"**.** Artigo apresentado para o IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 2016. No prelo.

Rogers, Richard: *Cidades para um pequeno planeta.* Londres: Gustavo Gili SA, 1997.

Santos, Milton. *A natureza do espaço***.** São Paulo: Edusp, 1966.

Schenkman, Raquel. "Identificação e proteção do patrimônio ambiental, cultural e urbano do bairro da Liberdade: atualizando o IGEPAC-SP"**.** Artigo apresentado para o IV Encontro da

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 2016. No prelo.

Schneider, C. S. “Por uma nova governança do patrimônio ambiental urbano: o capital e as políticas intersetoriais”. Artigo apresentado para o IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 2016. No prelo.

Silva, R. T. S.; Katinsky J. R.; Silva H. A. A. “Restauro do Hospital Matarazzo”**.** Artigo apresentado para o IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 2016. No prelo.

Somekh, Nadia. “Patrimônio cultural em São Paulo: resgate do contemporâneo?” Vitruvius, 2015. http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.185/5795 (Junho 08, 2016)

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**.** *Recomendação Paris Paisagens e Sítios*. Paris, França: 1962.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Paris – *Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*. Paris, França: 1967.

UNEP – Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente. *Declaração de Estocolmo*. Estocolomo, Suécia: 1972.

Varine-Boham, H. *A experiência internacional: notas de aula*. São Paulo: FAU/USP, 1974.

Viñas, Carmen. “A restauração de imóveis tombados ocupados por moradores de baixa renda”**.** Artigo apresentado para o IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 2016. No prelo.

Yázigi, Eduardo. “*Patrimônio ambiental urbano: refazendo um conceito para o planejamento urbano”.* Artigo apresentado no Simpósio de Geografia Urbana da Universidade de São Paulo, 2001.